

Eduardo Didonet Teixeira (Coordenador)
Fernando Quadros da Silva
Sérgio Cruz Arenhart
Simone Barbisan Fortes
Marcos Josegrei da Silva
Cássio Berg Barcellos

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Curitiba

GENESIS EDITORA

2001

Ficha catalográfica preparada por
INDEX Consultoria em Informação e Serviços S/C Ltda.

J93 Juizados especiais federais: primeiras impressões /
Eduardo Didonet Teixeira coordenador — Curitiba :
Genesis, 2001.
144 p.

1. Juizados especiais federais. 1. Teixeira, Eduardo
Didonet

CDD (20. ed.) 347.01
CDU (2. ed.) 347.994

Impresso no Brasil / Printed in Brazil / Presita en Brazilo

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Eduardo Didonet Teixeira (Coordenador) – Fernando Quadros da Silva – Sérgio Cruz
Arenhart – Simone Barbisan Fortes – Marcos Josegrei da Silva – Cássio Berg Barcellos
Apresentação: Luiz Guilherme Marinoni

Editores:

Itacir Luchtemberg
Sebastião Antunes Furtado

Revisão de texto:

Antônio Douglas Villatore

Arte e diagramação:

Ademar Hansaul Junior

Impressão:

GENESIS Editora
(Tecnologia Xerox – Docutech 135)

Capa:

Designio – Comunicação Design
Fone/Fax: (41) 335-1067
Site: www.designio.com.br

Direitos desta edição reservados por
(Furtado & Luchtemberg Ltda.)

GENESIS
EDITORA

Av. Mal. Deodoro, 450, cj. 1001 - 10º andar - Centro
80010-910 – Curitiba – PR
Fone/Fax (41) 323-6988
e-mail: editores@genedit.com.br
home page: genedit.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Luiz Guilherme Marinoni	7
-------------------------------	---

INTRODUÇÃO

Eduardo Didonet Teixeira	11
--------------------------------	----

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: ASPECTOS GERAIS

FERNANDO QUADROS DA SILVA	17
1. A mais sensível reforma do poder judiciário	19
2. Aspectos gerais da nova lei	21
3. Execução simplificada dos julgados e dispensa de precatório requisitório	22
4. Inaplicabilidade dos privilégios processuais da fazenda pública	25
5. Impossibilidade de opção: competência absoluta dos juizados especiais federais	26
6. Competência federal delegada: opção do jurisdicionado	27
7. Conclusão	28
Referências bibliográficas	29
Notas	31

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: PONTOS POLÊMICOS

SÉRGIO CRUZ ARENHART	33
1. Considerações preliminares	35
2. Panorama geral da lei	36
3. Capacidade nos juizados federais	36
4. Competência nos juizados federais	39
5. É cabível a arbitragem nos juizados federais	42
6. O sistema recursal nos juizados federais	43
7. Análise conclusiva	46
Notas:	49

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS

SIMONE BARBISAN FORTES	51
1. O tempo e a justiça	53
2. Os juizados especiais como instrumento de acesso à justiça	55
3. Peculiaridades processuais previdenciárias	57
4. O projeto piloto de juizado especial federal	59
4.1. O rito experimental	60
4.2. Os resultados	63
5. Os juizados especiais federais com competência exclusiva para ações previdenciárias	64
5.1. A implantação	65

5.2. Princípios	67
5.3. Partes	68
5.4. Competência	68
5.5. Citações e intimações do INSS	69
5.6. Custas no juizado previdenciário	71
5.7. Os juizados especiais itinerantes	72
5.8. O novo rito	73
6. Considerações finais	83
Notas:	87

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

MARCOS JOSEGREI DA SILVA	89
1. Modernidade e modernização, juizados especiais e o direito penal. Dilemas, efetividade e intervenção estatal para a solução de conflitos	91
2. A novel definição de infrações de menor potencial ofensivo e suas implicações	96
3. Alguns dados estatísticos preliminares. Sugestão de organização judiciária	101
4. Alguns apontamentos acerca do processo e do procedimento do juizado especial criminal federal. Direito intertemporal	103
5. Conclusões	108
Notas:	111

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: O CONCILIADOR E A CONCILIAÇÃO

CÁSSIO BERG BARCELLOS	113
1. Auxiliares da justiça	116
2. Disposições constitucionais e legais	117
3. Características	118
3.1. Transitoriedade	118
3.2. Serviço público honorário (função)	118
4. Lei nº 10.259/01 e seu art. 18	120
4.1. Conciliador	121
4.2. Gratuidade	123
4.3. Equiparação a jurados	124
5. Seleção/recrutamento	125
6. Da conciliação	126
7. Conclusão	129
Notas	133

ANEXOS

Emenda Constitucional nº 22/99 (dou 19/03/99)	137
Lei nº 10.259/01, de 12 de julho de 2001 (dou 13/07/01)	139